

# Jovens Agricultores

REVISTA TRIMESTRAL # 90

ABR|MAI|JUN| 2012 | DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Associação dos Jovens Agricultores de Portugal



JOVENS AGRICULTORES  
NO HORIZONTE 2020

UM NOVO RUMO?



EDITORIAL 3

Preocupações da AJAP no Horizonte 2020

Armando Emanuel Pacheco | Presidente da AJAP

DOSSIER 4

Bolsa de Terras

Assunção Cristas | Ministra da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território

Nova Agricultura no Norte

Manuel Cardoso | Director Regional de Agricultura e Pescas do Norte

A PAC no Horizonte 2020: Principais Características e Impactos sobre os Jovens Agricultores

Francisco Avillez | Professor Catedrático Emérito do Instituto Superior de Agronomia, UTL

Jovens Agricultores Querem Garantia de Excepção nas Transferências de Direitos por Cessação de Actividade

Jaime Carneiro | Departamento Técnico da AJAP

SER JOVEM AGRICULTOR 12

Jovem Empreendedor | Na Ovinicultura

Ricardo Brito Paes

UM SECTOR EM ANÁLISE 14

Jovens Agricultores

Alexandre Mestre | Secretário de Estado do Desporto e Juventude

REFERÊNCIAS DO MUNDO RURAL 16

ANA – Associação Norte Agrícola

Mário Pereira | Presidente da ANA

CAGEST – Centro Agrícola de Gestão

António Augusto Nascimento | Presidente do CAGEST

ASSOCIATIVISMO 20

Nuno Melo recebe Presidente da AJAP

AJAP Promove Seminário Europeu para Consolidar Figura do “Jovem Empresário Rural”

Ovibeja 2012 | + Produção

49ª Feira Nacional de Agricultura | 59ª Feira do Ribatejo

Viticultores Durienses Afectados por Intempérie

Quebra de Produção em Carrazeda de Ansiães

AJAP NA EUROPA 23

Posição sobre Direitos de Plantação de Vinha

CEJA

PUBLI-REPORTAGEM 24

Tecnologia e Agricultura

Grupo Tractores de Portugal

PUBLICIDADE 25

PUBLI-REPORTAGEM 26

Eficiência Energética

Energy Solutions | Grupo VISABEIRA

LEGISLAÇÃO 27

PUBLICIDADE 28



## PREOCUPAÇÕES DA AJAP NO HORIZONTE 2020

Armando Emanuel Pacheco | Presidente da AJAP



Responder aos desafios do futuro no que respeita às necessidades alimentares, à qualidade alimentar, e à preservação dos recursos naturais, são três dos principais desígnios que cremos esta nova PAC, possa vir a responder.

Em articulação com outras políticas, a futura PAC deve incluir um conjunto coerente de incentivos à instalação de Jovens nas zonas rurais, quer como agricultores e empreendedores rurais, quer como prestadores de serviços qualificados às explorações agrícolas, nomeadamente, Serviços de Aconselhamento e Extensão Rural.

É fundamental rejuvenescer os agentes do Mundo Rural, actualmente os incentivos são baixos, atendendo ao elevado risco que representa investir na agricultura e na capacitação formativa. Neste novo horizonte 2014-20, atendendo às especificidades do sector seria fulcral aumentar o prémio de instalação (associado obrigatoriamente a investimento) bem como assegurar, pelo menos, o actual índice de apoio aos investimentos a efectuar, e considerar o financiamento para a aquisição de animais, tendo em conta que Portugal detém as condições óptimas para a produção animal.

Certamente que a criação da bolsa de terras, já em fase de implementação, irá possibilitar a instalação de Jovens provenientes de outras áreas e de zonas mais urbanas, capazes de imprimir maior inovação e um espírito empreendedor imprescindível a este sector.

A atribuição do Regime de Pagamento Base (RPB) pretende responder a três fundamentos complementares: manutenção de uma agricultura viável em toda a União Europeia; compensação pelos elevados padrões ambientais, sociais e de bem-estar animal, exigidos aos agricultores europeus; estabilização dos rendimentos dos agricultores num contexto de grande volatilidade dos preços e dos custos de produção.

Esta passagem do RPU para RPB, na opinião da AJAP terá que assegurar a “transformação dos direitos” de forma a que os Jovens que se instalem desde 2011 não venham a ser penalizados devido ao histórico da exploração objecto de aluguer ou herança dos seus antecessores.

A tão controversa burocracia e morosidade dos processos, que por vezes contribui para o afastamento dos Jovens do sector agrícola deverá ser também uma preocupação na preparação dos diplomas que vão balizar as novas regras até 2020, permitindo uma maior simplificação a todos os níveis.

A inovação, que deverá espelhar os diversos instrumentos e medidas, que no limite deverá ser diferenciada positivamente através das taxas de incentivo, consubstanciada pela Formação Profissional, reveste-se da maior importância, objectivando a aquisição de competências, indispensáveis para a capacitação profissional, numa agricultura em constante evolução.

A AJAP está disponível, como sempre esteve, para colaborar activamente no conjunto das preocupações nacionais por forma a que as medidas a implementar no futuro sejam mais adaptadas à realidade do nosso país.

*Armando Emanuel Pacheco*

### Ficha Técnica

**Propriedade, Redacção e Edição** AJAP - Associação dos Jovens Agricultores de Portugal  
Rua D. Pedro V, 108 - 2º, 1269-128 Lisboa | Tel: 213 244 970 | Fax: 213 431 490

**Director** Firmino Cordeiro

**Coordenação** Departamento de Comunicação **Redacção** Departamento Técnico

**Secretariado** Olga Leitão **Departamento Comercial** Olga Sereno

**Paginação** AJAP | Miguel Inácio **Impressão** Gazela, Artes Gráficas, Lda.

**Depósito Legal** nº 78606/94 **Registo de Título** nº 116714 **Tiragem** 10 000 Exemplares

**Periodicidade** Trimestral **E-mail** ajap@ajap.pt **URL** www.ajap.pt

**Distribuição** Gratuita

Com o apoio



Instituto Português da Juventude, I.P.  
juventude.gov.pt



## BOLSA DE TERRAS

Assunção Cristas | Ministra da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território

A iniciativa do Governo de proceder à criação da Bolsa de Terras (BT), que visa facilitar o acesso à terra, em particular pelos mais jovens, inscreve-se na estratégia do Governo de aumentar a produção nacional nos sectores agrícola, florestal e silvo pastoril.

Com efeito, perante os atuais desafios colocados à economia portuguesa, exige-se que se recriem as potencialidades do conjunto diverso do território nacional, partindo das suas diversas vocações. É, pois, necessário olhar para o território nacional como uma imensa fonte de riqueza que pode, e deve, ser dinamizada.

Um dos principais fatores que tem vindo a limitar a exploração desse potencial, e a criação da capacidade produtiva, é a dificuldade do acesso à terra, nomeadamente por parte daqueles que, por tradição familiar, a ela não têm acesso e, em particular, por parte das novas gerações.

A criação da BT visa, precisamente, contribuir para a remoção desse obstáculo. A BT, na proposta do Governo, assenta no princípio da universalidade e da voluntariedade. O princípio da universalidade traduz-se no facto de todas as terras, sem exceção, poderem ser disponibilizadas nesta bolsa. No entanto, para que tal aconteça, tem que existir vontade expressa dos seus legítimos proprietários.

A BT procura essencialmente estimular o encontro entre a procura e a oferta deste importante fator de produção. Do lado da oferta, sempre voluntária, posicionam-se os proprietários (Estado e privados) de terrenos com aptidão agrícola ou florestal que, por razões diversas não possam ou não pretendam explorá-los de forma direta. Do lado da procura, quaisquer agentes que pretendam efetuar a sua exploração, seja através da compra, do arrendamento ou de outras formas jurídicas.

Reforço aqui, como tenho vindo a dizer repetidamente, que um dos princípios base da proposta de Lei do Governo é o do respeito absoluto pelo direito de propriedade, tal como previsto na Constituição da República Portuguesa.

Nos casos de terras sem dono conhecido (consideradas, portanto, abandonadas), enquanto decorre o processo administrativo de procura de identificação do proprietário,

o Estado, de forma a garantir o seu uso, disponibilizará esses terrenos na bolsa de terras. Nesse caso poderá promover arrendamentos de curta duração, devendo devolver a posse a quem faça prova da propriedade, mediante ressarcimento das despesas e benfeitorias efetuadas. No entanto, e mesmo que a terra em questão venha a ser considerada “sem dono” (e, portanto, à luz do artigo 1345 do Código Civil, património do Estado), decorrerá um período de 10 anos ao longo do qual a situação de “sem dono” poderá ser revertida a favor de quem venha a provar ter direitos de propriedade sobre a terra em causa.

A bolsa de terras vem assim facilitar a utilização, pelos agentes económicos dos sectores agrícola e florestal, de terrenos pertencentes ao Estado, para os quais, em cada momento, não esteja prevista outra utilização, e ainda facilita o encontro entre a oferta e a procura de terras privadas para fins de exploração agrícola e florestal.

Um aspeto fundamental desta proposta é traduzido no conjunto de critérios preferenciais que, sem prejuízo da lei, são considerados para atribuição das terras do Estado, disponibilizadas na bolsa. De entre eles, permito-me aqui realçar a prioridade que é dada aos jovens agricultores, aos agricultores membros de organizações de produtores e, por razões evidentes, aos proprietários de terrenos confinantes.

A bolsa de terras, cria assim melhores condições para o início de atividade de jovens agricultores, promovendo o rejuvenescimento do tecido produtivo agrícola e florestal.

“A bolsa de terras vem assim facilitar a utilização, pelos agentes económicos dos sectores agrícola e florestal, de terrenos pertencentes ao Estado, para os quais, em cada momento, não esteja prevista outra utilização, e ainda facilita o encontro entre a oferta e a procura de terras privadas para fins de exploração agrícola e florestal.”



Reconhece a necessidade de uma melhor organização da produção, contribuindo para um aumento do poder negocial dos agricultores. Ao contribuir para o aumento da dimensão das explorações agrícolas e florestais, conferindo-lhes escalas de produção mais consentâneas com a redução dos seus custos de produção, e conseqüente aumento do seu grau de competitividade, apoia-se a sustentabilidade da diminuição das importações e aumento das exportações do sector agro-florestal.

Na nossa proposta, a operacionalização da bolsa de terras passa pelo envolvimento de entidades de âmbito local, designadamente organizações de agricultores, a quem serão cometidas as competências de dinamização, que serão reconhecidas e acompanhadas, por uma entidade gestora da bolsa: a Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR). As atividades da bolsa de terras terão o apoio de um sistema de informação sobre o mercado de terras. Este sistema de informação irá permitir assegurar a divulgação da informação sobre as terras disponíveis de forma transparente e de acesso universal.

Em paralelo à criação da BT, foi proposto pelo Governo à Assembleia República a aprovação de incentivos positivos à utilização das terras, bem como à dinamização da bolsa de terras, que tiveram por base o princípio de beneficiar quem promove o uso da terra. Desta forma, foi proposto um benefício fiscal à utilização das terras, na forma de redução do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), com uma duração indefinida, entre 50% e 75% do seu valor. Ao colocar a competência da fixação da percentagem de redução no município, é reconhecido o necessário envolvimento de entidades locais, para o objectivo de aumentar o uso e mobilidade do fator terra.

Para tal, prevê-se que, após cessação da vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal, e após a revisão geral das matrizes rústicas e conseqüente atualização dos valores patrimoniais, os proprietários que deem uso agrícola ou florestal às suas terras ou os que as disponibilizem na bolsa de terras, possam usufruir deste benefício fiscal.

Gostaria de terminar com um agradecimento à AJAP pelo pronto apoio dado a esta iniciativa do Governo, e deixar o desafio de que as organizações de agricultores assumam também como sua a responsabilidade da dinamização local da bolsa de terras, em prol de agilização do acesso ao uso do fator de produção terra, em particular pelos mais jovens, tendo sempre presente o objectivo de aumento da produção nacional em valor, nos sectores agrícola, florestal.



## NOVA AGRICULTURA NO NORTE

Manuel Cardoso | Director Regional de Agricultura e Pescas do Norte

Há uma nova vaga de gente jovem a apostar na agricultura do norte de Portugal e uma nova mentalidade a informar as decisões das instituições e entidades dedicadas ao setor. Isso começa a ser sensível e cremos que os próximos anos trarão suaves mas significativas mudanças na paisagem e no mundo dos negócios dos nossos mercados agrícolas.

Este início dos anos dez do século XXI veio trazer para cima da mesa a discussão de algumas ideias que muitos pensavam, a julgar pelo que foram as tendências das últimas décadas em Portugal, ultrapassadas e substituíveis por ficções cor-de-rosa. Trata-se das ideias relacionadas com a produção, transformação e comercialização de bens alimentares. O *primum panem* veio colocar uma ordem na mesa, trazendo para a realidade a verdade nua da necessidade de produzir bens alimentares, estafadas que ficam as fantasias e ilusões de se poder comer sem se produzir. Daí que já ninguém duvide que a produção de bens alimentares é uma atividade com futuro. Diretamente relacionada com a necessidade premente de Portugal aumentar a sua produção, tal como a Senhora Ministra da Agricultura e os seus Secretários de Estado não se têm poupado em repetir, apontando uma política dirigida para esse aumento de produção, para o aumento da produtividade dos diversos setores agroalimentares, para a concentração da oferta dos bens alimentares produzidos e para uma mais justa distribuição do valor por eles gerado ao longo de toda a cadeia de produção, transformação e distribuição.

1. Estas novas ideias estão a ser agarradas por muitos jovens agricultores, jovens no sentido literal da palavra e, poderíamos dizer, jovens também para a atividade já que alguns não têm atrás de si nenhuma tradição relacionada com o campo ou, se a têm, não tiveram na sua vida a experiência do contato com a terra ou os seus produtos. Se isto pode causar alguns problemas? Claro que pode. Mas também traz audácia e otimismo para um setor em que o desânimo grassava e grassa ainda em parte dos seus tradicionais atores. Traz, também, uma vaga de novidade e de entusiasmo num momento em que estes são tão necessários como o foram, noutra tempo, para equipar e dirigir as caravelas que nos levaram mar-além! O campo estava a precisar de uma nova vaga de gente – e esta aqui está! Estes novos jovens agricultores são alguém que traz uma outra coisa para o campo: um nível cultural como não existiu antes, capaz de por si fazer muita diferença em termos

de abordagem de oportunidades, equação e resolução de problemas, compreensão de desafios e políticas, execução de estratégias e negócios. Não são vislumbráveis todas as possibilidades que tal irá criar para o país mas uma coisa é certa: nada ou quase irá ser como foi antes. Nova gente e novas ideias irão produzir um novíssimo resultado – já estão a produzir um novíssimo resultado!

“Há uma nova vaga de gente jovem a apostar na agricultura do norte de Portugal e uma nova mentalidade a informar as decisões das instituições e entidades dedicadas ao setor. Isso começa a ser sensível e cremos que os próximos anos trarão suaves mas significativas mudanças na paisagem e no mundo dos negócios dos nossos mercados agrícolas.”

2. Se bem que um pouco por todo o lado haja hoje quem queira continuar com a casa agrícola de família, a expressão usada por muitos de que se está a verificar “um regresso ao campo” não é inteiramente verdadeira já que, afinal, se está a tratar de uma “ida para o campo”. Não se está a voltar a velhos hábitos – está-se a criar novos hábitos; não se está a retomar uma atividade – está-se a encetar uma nova atividade; em muitos casos nem se está a regressar à quinta dos pais ou avós – está-se a ir para uma nova coisa... E isto coloca uma necessidade que está a surgir um pouco por todo o norte: a necessidade de terrenos. Encontrar parcelas que estejam livres de compromissos e que possam ser de novo lavradas e postas a produzir não é uma tarefa fácil. Daí que a resposta que dará a Bolsa de Terras se revele importante. Com resultados a médio e, sobretudo, a longo prazo, quando frutificar confiança na implementação deste sistema. Há muita gente à espera de poder vir a dispor dum terreno por essa via e também já há, contra todos os habituais pessimismos militantes da nossa praça, gente que está à espera para colocar terrenos na Bolsa

de Terras! Que consequências poderão vir com este sistema? Muitas. Só o facto de se estar a discutir este tema a nível nacional, já veio tornar disponíveis para arrendamento por jovens agricultores muitos terrenos que há anos e anos estavam em pousio... para não dizer em abandono, pela séria chamada de atenção que tal discussão constitui. Mas há uma primeira dificuldade para jovens agricultores de hoje, no norte: a de encontrar terrenos. Trabalhamos para resolver este problema.

3. Apesar de haver investimentos – e muitos – em vinha, olival, fruteiras e pecuária, há uma vaga imensa de novidade nas candidaturas a ajudas por parte dos jovens: ervas aromáticas e condimentares (lúcia-lima, hortelã-pimenta, tomilho-limão, erva cidreira, etc.), culturas em hidroponia (sobretudo de horticultura e flores), mirtilos, framboesas, amoras, morangos, kiwis, cogumelos... Mesmo as mais tradicionais estão a ser objeto de inovações em novas variedades e em variedades mais produtivas. Sistemas de rega modernos e aperfeiçoados. Técnicas culturais que mais parecem saídas de contos de ficção científica. Muitos destes PA's são complementares e têm associados investimentos em turismo e em transformação. Alguns têm instalação em explorações muito pequenas (0,3 ha para os cogumelos shitake e hortícolas e flores em hidroponia, por exemplo) ou 2 ha para ervas aromáticas e para os pequenos frutos. Contudo, todos estes investimentos deverão merecer uma atenção especial por parte dos promotores que assumem o seu risco, nomeadamente aqueles mais inovadores, a fim de que o entusiasmo inicial não esmoreça com o aparecimento das primeiras dificuldades que, inevitavelmente, irão surgir com o seu desenvolvimento. A capacidade de investimento deve estar absolutamente ligada a uma consciente necessidade de introduzir informação no sistema ou seja, de numa forma permanente não se perder a ligação com a realidade e com o que se passa à volta em termos de comercialização, nomeadamente condições de colocação em mercado, qualitativas e quantitativas. O perigo de que estes investimentos venham a ficar presos em teias de financiamentos e/ou a comprometer-se num ciclo vicioso de empréstimos é algo que poderia fazer perder irremediavelmente a renovação geracional em curso nos campos do norte de Portugal. Daí que se devam analisar muito bem as fontes de financiamento dos investimentos em curso. Cremos que os novos jovens agricultores estão a levar esta condição em linha de conta. E que resolverão este e outros problemas que se lhes colocarão pela frente.

A agricultura vai funcionar cada vez mais num ambiente de economia real, com as regras da compra e venda a ditar as regras da produção. É neste ambiente e neste contexto que surgem os novos investimentos dos novos jovens agricultores. Um contexto que não é fácil mas que é promissor, dadas as carências de bens alimentares. Bens alimentares que é preciso produzir; concentrar para que a sua oferta tenha escala no

mercado e cujo valor gerado seja distribuído de forma equilibrada por toda a cadeia de produção. A nova vaga de gente jovem que aposta na agricultura no norte de Portugal e que está a trazer uma nova mentalidade a informar as decisões das instituições e entidades dedicadas ao setor será decisiva para o futuro. Hoje, é indispensável. É com esta vontade que se fará a nova agricultura, capaz de suportar e de ultrapassar com êxito as mudanças que aí venham.





## A PAC NO HORIZONTE 2020: PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS E IMPACTOS SOBRE OS JOVENS AGRICULTORES

Francisco Avillez | Professor Catedrático Emérito do Instituto Superior de Agronomia, UTL

A viabilidade das explorações agrícolas portuguesas vai depender, no essencial, da evolução dos preços dos produtos e dos factores de produção agrícola, do sistema de apoios à competitividade e ao rendimento agrícola e da produtividade dos factores de produção utilizados.

São inúmeros os factores que irão ter uma influência determinante sobre as evoluções em causa, os quais vão, desde o enquadramento macroeconómico e financeiro, às alterações climáticas, passando pelo comportamento dos mercados agrícolas mundiais e comunitários, pelos resultados das negociações multilaterais (Ronda de Doha da OMC) e bilaterais (com o MERCOSUL e outros espaços económicos) em curso no contexto do comércio internacional, pelas mudanças tecnológicas e pelas políticas públicas agrícolas e florestais.

Assumem, neste contexto, especial relevo as medidas de política que venham a ser aprovadas no âmbito da PAC para o período 2014-2020.

Os **objectivos** que se pretendem ver atingidos pelas propostas em causa são os seguintes:

- promover a viabilidade da produção de bens alimentares e de matérias-primas agrícolas e florestais;
- promover a gestão sustentável dos recursos naturais e a estabilidade climática;
- contribuir para um desenvolvimento territorial equilibrado.

Para assegurar a concretização destes objectivos a CE propõe que se mantenha a actual **arquitectura da PAC** baseada em dois pilares.

Um 1º Pilar baseado em pagamentos anuais totalmente financiados pelo FEAGA, orientados para:

- medidas de gestão de mercados agrícolas;
- pagamentos directos aos produtores.

Um 2º Pilar baseado em pagamentos plurianuais co-financiados pelo FEADER e pelos orçamentos dos diferentes EM, orientados para as medidas de política de desenvolvimento rural.

Para assegurar o financiamento das medidas de política do 1º

e do 2º Pilar a CE propõe um **orçamento agrícola** para o período 2014-2020 de igual montante, a preços correntes, ao em vigor na UE-27 no período 2007-2013.

Apesar da relevância futura dos diferentes tipos de medidas, vou-me debruçar, apenas, sobre as principais características e os impactos esperados com a aplicação do novo **sistema de pagamentos directos aos produtores (PDP)**, o qual visa, no essencial:

- substituir o modelo histórico em vigor por um modelo de convergência dos PDP entre os diferentes EM que contribua para uma repartição mais equitativa das verbas nacionais atribuídas aos pagamentos em causa;
- substituir os pagamentos ligados à produção (PLP) e o regime de pagamento único (RPU) em vigor, por um conjunto de novos PDP com maior legitimidade económica, ambiental e territorial.

O novo modelo de convergência entre EM proposto pela CE, prevê que o envelope financeiro (EN) atribuído anualmente aos PDP em Portugal Continental passará de 566,4 milhões de euros em 2013 para 610,8 milhões de euros em 2020. Prevê-se, ainda, a possibilidade de o Governo Português proceder a uma transferência anual de até 5% das verbas do 2º Pilar para o 1º Pilar, o que, de acordo com as minhas estimativas poderá fazer aumentar, de 610,8 milhões de euros para cerca de 638,5 milhões de euros, o valor anual do EN atribuído aos PDP no período 2014-20.

No que diz respeito à composição futura dos PDP, a proposta da CE de 12/10/2011 prevê substituir os PLP e RPU em vigor pelos seguintes tipos de pagamentos.

O **pagamento base (PB)** de apoio ao rendimento, que sendo de aplicação obrigatória vai ter um valor anual que terá que ser uniforme, nacional ou regionalmente, pelo menos em 2019 e que dependerá da percentagem do EN que lhe venha a ser atribuída (variável entre 43 e 58%) e da superfície agrícola elegível do conjunto dos agricultores que a ele se venham a candidatar.

O **pagamento verde (PV)** complementar do PB e orientado para objectivos de natureza ambiental que, sendo de aplicação obrigatória, vai ter um valor anual que terá que ser uniforme nacionalmente logo a partir de 2014 e que se baseará em 30%

do EN atribuído aos PDP e da superfície agrícola elegível do conjunto dos agricultores que a ele se venham a candidatar.

O **pagamento às zonas com desvantagens naturais (PZDN)** de que beneficiarão para além do PB e do PV os agricultores com explorações agrícolas localizadas nestas zonas, que sendo de aplicação voluntária poderá vir a ter um valor anual uniforme nacional logo a partir de 2014 e que dependerá da percentagem do EN que lhe venha a ser atribuído (variável entre 1 e 5%) e da superfície agrícola elegível no contexto das zonas em causa.

O **apoio aos jovens agricultores (AJA)** de que beneficiarão estes produtores agrícolas, para além do PB e do PV, que sendo de aplicação obrigatória vai ter um valor anual que dependerá da percentagem do EN que lhe venha a ser atribuído (variável entre 1 e 2%) e da superfície agrícola elegível das respectivas explorações agrícolas.

Uma **ajuda aos pequenos agricultores (APA)**, que constitui um regime alternativo para os agricultores cujas explorações tenham um nível de PDP inferior a um valor a fixar em cada EM, regime este que os dispensará das condicionalidades previstas para o regime geral.

Um **pagamento ligado à produção (PLP)** a que os EM poderão recorrer para apoiar sectores ou sistemas de agricultura que apresentem fragilidades económicas e sociais bem definidas.

As propostas legislativas da CE apresentadas em 12 de Outubro de 2011, prevêem, ainda, a aplicação de uma **redução progressiva (“capping”)** do montante dos pagamentos directos aos produtores, cujo **valor por beneficiário ultrapasse os 150.000 euros uma vez deduzidos os valores do PV e os salários e taxas de contribuição social pagas no ano anterior**. As verbas assim obtidas serão transferidas para o 2º Pilar do respectivo EM.

A Figura 1 resume as principais características do novo sistema de pagamentos aos produtores do 1º Pilar em causa e a Figura 2 o modo como tais pagamentos serão aplicados de acordo com os tipos de agricultores e de territórios.

Pelas razões anteriormente expostas, o futuro sistema de PDP irá ter um impacto sobre o rendimento agrícola das explorações agrícolas portuguesas muito diferente de acordo com os seguintes tipos de aspectos.

Primeiro, dos tipos de agricultores em causa que, para este efeito, se podem classificar em pequenos agricultores, jovens agricultores e outros tipos de agricultores.

Segundo, das zonas onde se localizam as explorações agrícolas em causa, que, para este efeito se podem classificar em zonas com desvantagens naturais e outras zonas do território nacional.

Terceiro, do peso que os PDP actualmente em vigor assumem no contexto do valor acrescentado líquido (VALcf) das respectivas explorações agrícolas, o que sendo muito variável fica bem expresso pelas diferenças existentes entre as explorações agrícolas portuguesas classificadas de acordo com as respectivas orientações produtivas dominantes.

Quarto, das alterações que se venham a verificar no futuro valor por hectare de superfície elegível dos respectivos PDP em relação ao seu valor actual.

Dadas as incertezas ainda existentes quanto, por um lado, à evolução das negociações sobre a PAC pós-2013 e das opções futuras do Governo Português neste contexto e, por outro, às grandes diferenças que se verificam, à partida, entre os PDP por hectare de SAU e os PDP em % do VALcf das explorações agrícolas portuguesas, é muito difícil tirar conclusões definitivas quanto aos impactos que o novo sistema de PDP poderá ter a ter.

Figura 1 - Propostas da CE no contexto dos PDP do futuro 1º Pilar da PAC em Portugal Continental

Envelope nacional (EN) atribuído aos PDP	Valor anual de 610,8 milhões de euros
Transferências do 1º para o 2º Pilar da PAC	Voluntário até 10% do valor total das verbas atribuídas ao 1º Pilar
Transferências do 2º para o 1º Pilar da PAC	Voluntário até 5% do valor total das verbas atribuídas ao 2º Pilar
Pagamento base (PB)	Obrigatório de pelo menos 43% do envelope nacional atribuído aos PDP
PB uniforme (“flat rate”)	Nacional ou regional e obrigatório pelo menos em 2019
Reserva nacional (RN)	Obrigatório até 3% do valor dos PB
Pagamento Verde (PV)	Obrigatório de 30% do envelope nacional atribuído aos PDP
Pagamento aos produtores de zonas com desvantagens naturais (PZDN)	Voluntário até 5% do envelope nacional atribuído aos PDP
Apoio aos jovens agricultores (AJA)	Obrigatório até 2% do envelope nacional atribuído aos PDP
Ajuda aos pequenos agricultores (APA)	Obrigatório até 10% do envelope nacional atribuído aos PDP
Pagamentos ligados à produção (PLP)	Voluntário até 10% do envelope nacional atribuído aos PDP
Redução progressiva dos PDP por exploração (“capping”)	Obrigatório a partir dos 150.000 euros por exploração



Figura 2 - Modo de aplicação do novo sistema de pagamentos directos aos produtores pelos diferentes tipos de agricultores e de territórios

Tipos de Agricultores	Tipos de Territórios	
	Territórios com desvantagens naturais	Outros territórios
Pequenos Agricultores	Ajudas aos Pequenos Agricultores (APA)	Ajudas aos Pequenos Agricultores (APA)
Jovens Agricultores	Pagamento Base (PB) + Pagamento Verde + Ajuda aos Jovens Agricultores (AJA) + Pagamentos às Zonas com Desvantagens Naturais (PZDN)	Pagamento Base (PB) + Pagamento Verde + Ajuda aos Jovens Agricultores (AJA)
Outros agricultores	Pagamento Base (PB) + Pagamento Verde (PV) + Pagamento às Zonas com Desvantagens Naturais (PZDN)	Pagamento Base (PB) + Pagamento Verde (PV)

Com base no estudo realizado pela AGROGES para o GPP do MAMAOT e da informação disponível sobre a SAU ocupada pelas explorações dos jovens agricultores, parece-me, no entanto, ser possível arriscar as seguintes principais conclusões.

Primeiro, que o valor médio anual do conjunto formado pelos PB, PV e AJA por hectare de superfície agrícola elegível das explorações de jovens agricultores poderá vir a ser cerca de 40% superior ao valor médio equivalente (PB e PV) das restantes explorações.

Segundo, que as explorações de jovens agricultores, com uma orientação produtiva dominante mais intensiva (milho, arroz, tomate para indústria, olival intensivo, bovinos de leite e bovinos de carne intensivo), irão sofrer, tal como as restantes explorações do mesmo tipo, uma redução muito significativa nos respectivos pagamentos directos e rendimento agrícola. Essa redução vai ser, no entanto, menos acentuada para os jovens agricultores em consequência dos AJA a que terão direito.

Terceiro, que as explorações de jovens agricultores, com uma orientação produtiva dominante mais extensiva (bovinos de carne extensivos, ovinos e caprinos, policultura e olival extensivo) irão beneficiar, tal como as restantes explorações do mesmo tipo, de um acréscimo muito significativo nos respectivos pagamentos directos e rendimento agrícola. Esse acréscimo vai ser, no entanto, mais acentuado para os jovens agricultores em consequência dos AJA a que terão direito.

Quarto, que as explorações de jovens agricultores com orientações produtivas dominantes em culturas arvenses de sequeiro ou culturas permanentes (pomares e vinhas) irão sofrer, apenas, pequenas alterações nos respectivos rendimentos agrícolas. No primeiro caso, porque os pagamentos directos se irão alterar muito pouco, no segundo caso porque, apesar de significativos, os acréscimos futuros nos pagamentos directos irão ter um impacto muito reduzido sobre o respectivo valor acrescentado líquido.



## JOVENS AGRICULTORES QUEREM GARANTIA DE EXCEÇÃO NAS TRANSFERÊNCIAS DE DIREITOS POR CESSAÇÃO DE ACTIVIDADE

Jaime Carneiro | Departamento Técnico da AJAP



A proposta da reforma da PAC (a entrar em vigor a partir de 2014), que regulamentará a atribuição dos apoios à produção que actualmente se designam por Direitos de RPU – Regime de Pagamento Único, propõe que os produtores só tenham acesso ao próximo regime de pagamentos se tiverem histórico, ou seja, se tiverem apresentado um pedido de pagamento em 2011.

De fora poderão ficar os produtores que “entraram no sistema” em 2012 por via da aquisição de explorações e respectivos Direitos de RPU.

Esta situação, caso não seja alterada, será extremamente gravosa para o futuro dos Jovens Agricultores que se instalaram desde 2011 por via da cessação da actividade agrícola de agricultores mais velhos, por norma seus familiares. Estará assim posta em causa a sucessão dos mais jovens nas explorações familiares.

De nada vale existir um programa que apoia a Instalação de Jovens Agricultores e ao mesmo tempo existir uma disposição regulamentar que cria um impedimento a esse desígnio.

A propósito desta situação o Tribunal de Contas Europeu no seu Comunicado de Imprensa de 17 de Abril de 2012 emite um Parecer sobre as propostas legislativas da Comissão para a reforma da Política Agrícola Comum a partir de 2014, que nesta matéria enuncia “O projecto de regulamento estipula

“De nada vale existir um programa que apoia a Instalação de Jovens Agricultores e ao mesmo tempo existir uma disposição regulamentar que cria um impedimento a esse desígnio.”

que os direitos ao pagamento estarão disponíveis para os novos agricultores (em especial os jovens agricultores que iniciam a sua actividade agrícola) em 2014. No entanto, o Tribunal manifesta a preocupação com o facto de essa disponibilidade poder deixar de ser garantida nos anos seguintes. Além disso, o Tribunal observa que a exigência de terem activado os direitos ao pagamento em 2011 (ou pedido apoio ao abrigo do regime de pagamento único por superfície) para poderem solicitar esses direitos em 2014 é susceptível de criar novas barreiras aos candidatos a novos agricultores. O Tribunal considera que deverão ser fornecidas salvaguardas suficientes para fazer face a essas barreiras.”

Face a esta situação, os Jovens Agricultores apelam aos responsáveis políticos do MAMAOT para que se empenhem na correcção desta disposição regulamentar para que seja, no mínimo criada uma excepção para os Jovens Agricultores em Primeira Instalação.





# JOVEM EMPREENDEDOR

## Na Ovinicultura

Nomes: Ricardo Filipe Botelho Brito Paes

Idade: 30 anos

Estado Civil: Casado

Habilitações: Frequência Universitária - Licenciatura em Arquitectura

Ano de Instalação: 2009

### CARACTERIZAÇÃO GENÉRICA DA EXPLORAÇÃO

SAU: 150 ha

Especialização Produtiva: Criação de Ovinos

Mão-de-Obra Permanente: O próprio

1 – Quais os motivos que o levaram a envolver-se pela actividade agrícola? E pela produção de ovinos?

O gosto pelos assuntos do campo e a vivência dos seus problemas bem como das soluções para os mesmos, foi algo que em casa desde tenra idade me foi inculcado, pois nasci no seio de uma família de agricultores. Como deve imaginar a escolha desta actividade como meio de subsistência foi uma coisa mais ou menos natural.

No que diz respeito à escolha dos ovinos, ainda hoje estou para descobrir se fui eu que os escolhi se foram eles que me escolheram. Em 2008 quando me mudei de malas e bagagens para o Alentejo fui confrontado, na exploração do meu avô, com esta actividade sem grande rumo e perspectivas, daí achar que seria um sector onde poderia sem grandes riscos colocar em prática as minhas ideias. Quando dei por mim estava instalado e a gerir um rebanho que actualmente já conta com 500 cabeças.

2 – Procedeu a estudos de mercado de forma a avaliar a capacidade de escoamento do produto da sua exploração?

Sim, como em qualquer actividade temos que fazer, por muito simples que seja, um estudo de mercado. No meu caso posso dizer que se hoje sou ovinicultor se deve a isso mesmo, pois pude verificar (na minha opinião) que na agro-pecuária é das poucas actividades onde podemos fazer uma previsão de rentabilidade com algum futuro.

3 – Acompanha o desenvolvimento das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação numa perspectiva de proceder à sua constante actualização na exploração? Porquê?

Acompanho, porque penso que tem uma grande utilidade para o melhor funcionamento de uma exploração agrícola, independentemente do ramo que esta exerça. A realidade de hoje é muito diferente da realidade do tempo dos nossos pais e avós. Muitos dos problemas acredito que sejam os mesmos, pois penso que na agricultura já está tudo inventado ninguém vai inventar nada de novo, a diferença de ter depois sucesso ou não vai estar na capacidade de ser criativo nas soluções, bem como, rápido na sua execução, e para isso as novas tecnologias de informação e comunicação são de uma grande mais-valia, como é o caso da existência dos novos programas de gestão agrícola fornecidos pelo POPH.

4 – Quais foram as preocupações ambientais presentes aquando da elaboração do projecto de instalação e de que forma as questões ambientais são actualmente integradas na sua exploração?

Aquando da elaboração do projecto teve-se em conta a preservação do meio ambiente, através da gestão da fertilização das culturas forrageiras e do seu estado de nutrição, a produtividade do ano anterior, a queda pluviométrica.

Houve, e continua a haver, uma preocupação na manutenção da vegetação de cobertura dos solos no inverno, mobilização mínima a fim de minimizar os riscos de erosão.

5 – O Ricardo tem vindo a dedicar-se ao melhoramento genético dos ovinos. Qual a principal motivação para desenvolver este melhoramento. E como?

É verdade, o rebanho que “herdei” tinha características muito particulares, animais rústicos de pequeno porte mas com grande facilidade de partos (como costumamos dizer facilmente tem um borrego dentro e outro fora). Características essas que eu aprecio e ainda hoje tento preservar, no entanto verifiquei que o mercado estava a exigir animais com peso, eu vendia quilos, e com estas reprodutoras para eu conseguir ter um borrego com os quilos que o mercado pedia, tinha que prolongar o seu tempo de amamentação ou, por vezes, recorrer aos suplementos. O que tinha consequências práticas na actividade, com os suplementos tinha mais despesa e com o prolongar a amamentação poderia colocar em causa uma nova cobrição da ovelha. Eu tinha que ter borregos com mais peso em menos tempo. Como? Optei por mudar os reprodutores e escolher raças com mais características de carne, como foi o caso do Sulfock e do P3 (Ile de France Preto).

6- Além da perspectiva de aumentar o efectivo pecuário, sabemos que também investiu na rotação de pastagem permanente em regadio. Quais as principais mais-valias que espera alcançar com este sistema?

O aumento do efectivo é uma vontade, mas tendo sempre em conta que quantidade não implica qualidade e se queremos mantermos num determinado nível de qualidade temos que fazer um aumento sustentado e progressivo.

Eu defendo que os ovinos em extensivo, por norma, não carecem de ser suplementados com farinhas nem palhas ou fenos, e para tal ser possível temos que investir nas pastagens permanentes melhorando-as ou até mesmo fazendo prados de regadio, que nos permitam ter mais do que dois cortes por ano e aumentar as unidades forrageiras da exploração, para conseguir isso é essencial fazer uma constante rotação das pastagens e ter muita atenção aos ditos cortes, para podermos garantir alimento “natural” aos animais. Garantindo, assim, mais-valias e uma menor despesa na alimentação dos animais.

UMA PALAVRA DE UM JOVEM PARA OS JOVENS:

A palavra que deixo para os jovens é ACREDITAR, acreditar no nosso sector, ele é fundamental para o país, acreditar que é possível viver da agricultura.



## JOVENS AGRICULTORES

Alexandre Mestre | Secretário de Estado do Desporto e Juventude

O Governo de Portugal orgulha-se de traduzir na sua ação verdadeiras políticas públicas transversais para a juventude que, desde o primeiro momento, são assumidamente urgentes no âmbito da inovação, do empreendedorismo jovem e do estímulo ao autoemprego, a par com o cumprimento integral e rigoroso dos compromissos decorrentes do programa de ajuda externa em vigor.

É com uma visão ativa sobre a realidade exigente que os jovens portugueses atravessam, e que não escamoteamos que procuramos, num diálogo permanente com estes e com os parceiros sociais, apresentar políticas que permitam a concretização de resultados.

Neste contexto, no âmbito da Comissão Permanente de Concertação Social, foi aprovado - e posteriormente desenvolvido em ação conjugada de vários departamentos governamentais, na Comissão Interministerial de Criação de Emprego e Formação Jovem - o “Compromisso para o Crescimento,

Competitividade e Emprego”, especialmente vocacionado para o combate ao desemprego jovem.

Entre outros vectores, o “Compromisso”, que deu origem à proposta do plano “Impulso Jovem” recentemente apresentado à Comissão Europeia, concede prioridade aos jovens agricultores em sede da criação de uma bolsa de terras; aposta na qualificação dos jovens, valorizando a formação profissional destes merecendo os estágios profissionais de jovens agricultores uma atenção específica; atende aos beneficiários mais jovens no âmbito do subsídio de desemprego; e aumenta a variante das vias profissionalizantes no ensino secundário e respectiva certificação profissional.

O Governo acompanha com grande proximidade a preparação do programa de investimentos de apoio comunitário e respectiva legislação para o período pós-2013. A elaboração deste programa, com a participação das associações de agricultores e empresas, assenta em linhas de simplificação



administrativa das candidaturas, incluindo discriminações positivas para os jovens agricultores, materializando a continuação da aposta nos investimentos nos diversos tipos de explorações, apoio aos sistemas de agricultura típicos do nosso país, como responsáveis pela preservação das paisagens e recursos naturais e desenvolvimento rural.

A bolsa de terras proposta pelo Governo é uma iniciativa que visa facilitar o acesso à terra, seja a mesma do Estado ou propriedade particular, em especial pelos mais jovens, favorecendo o aumento da produção nacional nos sectores agrícola, florestal e silvo pastoril.

Portugal não é apenas o litoral e as grandes cidades. O interior do nosso país representa um conjunto vasto de oportunidades que urge aproveitar e que os jovens, destacando-se neles os jovens agricultores, devem considerar. Encarar o regresso ao interior do país permite às gerações mais novas darem outra perspectiva, por um lado, aos desafios da sua vida particular mas também aos que se relacionam com a atividade profissional.

Neste campo, a agricultura tem sido alvo, nos últimos anos, de um abandono que reconhecemos indevido e que importa estancar. Acresce que a agricultura é um poderoso instrumento de combate ao desemprego, permite impulsionar a economia nacional, aumentar as exportações e reduzir a dependência do exterior.

Não temos dúvida de que a utilização por terceiros das terras não usadas ou abandonadas constitui uma relevante forma de rentabilização das mesmas e que afetar à produção as terras com aptidão para esses fins combate a sua não utilização. Desta forma, tornaremos mais fácil o encontro entre a oferta e a procura de terras para fins de exploração agrícola, florestal e silvo pastoril, nomeadamente quanto às que são propriedade privada.

Visando o acréscimo da competitividade, o Governo procura gradualmente criar condições concorrenciais competitivas com os nossos parceiros europeus, investir nas produções vegetal e animal, agroindustrial e indústrias de base florestal e apostar no desenvolvimento rural resistindo às pressões de desenvolvimento assimétrico. É, por isso, valorizada a multifuncionalidade, designadamente novos usos e explorações sustentadas da terra, como são os exemplos de produções de alta qualidade (agricultura biológica e produtos tradicionais) e a produção de biomassa, assim como a preservação das paisagens típicas, dos recursos naturais, da biodiversidade, dos habitats rurais, discriminando de modo positivo as regiões desfavorecidas.

Ao iniciar este caminho, acreditamos criar melhores condições para o início de atividade de novos agricultores, nomeada-

“Não temos dúvida de que a utilização por terceiros das terras não usadas ou abandonadas constitui uma relevante forma de rentabilização das mesmas e que afetar à produção as terras com aptidão para esses fins combate a sua não utilização. Desta forma, tornaremos mais fácil o encontro entre a oferta e a procura de terras para fins de exploração agrícola, florestal e silvo pastoril, nomeadamente quanto às que são propriedade privada.”

mente dos mais jovens, promovendo o rejuvenescimento do tecido produtivo agro-florestal, contribuir para o aumento da dimensão das explorações agrícolas, florestais e silvo pastoris, conferindo-lhes escalas de produção mais consentâneas com a redução dos seus custos de produção, e aumentar do seu grau de competitividade.

É, pois, salutar que os jovens apresentem projetos na área da investigação, de produção biológica ou integrada para que a agricultura ganhe espaço no contexto da competitividade de Portugal e, simultaneamente, abra portas e oportunidades diversas aos jovens que hoje, necessariamente, devem apostar na flexibilização das suas carreiras.

É também fundamental valorizar a formação e conhecimento dos agricultores. Neste contexto, a aproximação entre os cientistas, formadores e formandos, com a participação das universidades, dos institutos politécnicos e de investigação e associações de agricultores desempenha um papel central. O Governo está empenhado em alterações importantes nas áreas do ensino e da investigação para que se produza melhor e para que a produção seja mais competitiva e ambientalmente sustentável.

O Governo quer colaborar ativamente com todos os agentes, sendo natural que, através da área da Juventude, seja desenvolvido um entendimento profícuo com a AJAP através das suas estruturas descentralizadas.



## ANA - ASSOCIAÇÃO NORTE AGRÍCOLA

Mário Pereira | Presidente da ANA

### 1. Qual a origem da ANA – Associação Norte Agrícola e quais os principais marcos da sua evolução?

A ANA - Associação Norte Agrícola nasceu em 1998 por vontade de 2 jovens engenheiros da área agrícola que pretendiam e queriam trabalhar.

Eu era então um jovem agricultor instalado aqui na zona, e eles lá sabem porquê!... vieram pedir-me ajuda para constituir uma Associação.

### 2. Quais as principais actividades que a Associação desenvolve e/ou serviços que presta?

Constituída, notarialmente, iniciámos a nossa actividade com a elaboração de 100 candidaturas ao IFAP. Ninguém dava 5 coroas por nós. Fomos crescendo e no ano de 2011 apresen-

támos mais ou menos 800 candidaturas. Este ano de 2012, porque fomos desafiados e nós gostamos de desafios, não me engano se disser que vamos rondar as 1200.

É com orgulho que ouvimos agricultores dizer:

“Obrigado por terem vindo para aqui, eu nunca tinha recebido nada de subsídios.”

Izedá é uma vila rural que dista 50 km da sede de Concelho. Esta zona com várias aldeias, sem indústria, sem serviços e com pouco comércio, resignou-se à actividade agrícola.

A ANA veio colmatar algumas dificuldades sentidas por estas gentes. Ex: na Formação Profissional, a carta de tractor onde nós temos insistido com óptimos resultados.



### 3. Qual a importância que a Associação Norte Agrícola representa no sector para a Região? Porquê?

Tendo eu conhecimento dos problemas que na altura os lavradores tinham, concretamente nas idas e vindas à Zona Agrária que dista 50 km de Izeda, imaginem as deslocações para entregar uma guia modelo 253/DGV e para poder comprar outra já que havia ordem do Senhor Ministro da Agricultura para entregar um só exemplar a cada lavrador, aceitei o desafio.

### 4. Quais os principais desafios que enfrentam, intrínsecos ao sector agrícola, e relativos à vossa área de intervenção?

Os agricultores que temos na sua maioria estão em idade de reforma ou já estão reformados, aqui é que está o “busílis” da questão e não me parece que haja jovens, com aquilo que lhe oferecem, que queiram continuar a vida arrastada e de dúvidas que tiveram os pais.

### 5. Num período marcado por mudanças, que novos serviços pretendem implementar de forma a ultrapassar esta situação?

Foi sempre intenção da ANA facilitar a vida a quem trabalha e aos seus sócios, temos para eles agora a passagem de PA (Posto de Atendimento) para PI (Posto de Recolha Informática) no âmbito do SNIRA e, porque queremos estar com eles e ajudá-los, apresentamo-lhes os serviços do SAA.

### 6. Atendendo a que a agricultura é actualmente considerada essencial para o desenvolvimento do país, e considerando a vontade de instalação de muitos Jovens Agricultores, fomentando assim este sector, de que forma antevê este fenómeno?

É inadmissível, no meu entender, importamos 60 a 70% daquilo que comemos. Será que a culpa é dos lavradores?! Não acredito. Com Ministros a dar exemplos daquilo que lhe dá jeito dos outros países da Europa, não os vemos a falar dos nossos vizinhos espanhóis e dizer-nos vamos fazer como eles; emparcelamento, regadio e vamos ordenar o território. Se a culpa não é nossa resta-nos continuar com uma agricultura à moda dos nossos avós com “secas e molhadas” com 2 castanheiros estranhos ao meu souto ou 2 oliveiras no meio de um olival com 500 oliveiras de outros tantos proprietários.

Quando me dizem que há Jovens Agricultores para se instalarem, com a agricultura da forma que está e com os preços de produção que se estão a praticar, gasóleo, adubo, rações, ferro, etc... com os nossos preços de venda inferiores aos preços dos anos de 1990 ex: carne de vitela 4€/kg, azeite

1,70€/litro, eu não acredito que haja alguém com bom senso que aceite esta vida de incertezas, totalmente dependente dos factores climatéricos.

No meio deste quadro agrícola com demasiadas leis e exigências, mas sem “lei nem Roque” que Deus tenha piedade dos teimosos porque outros não haverá.





## CAGEST – CENTRO AGRÍCOLA DE GESTÃO

António Augusto Nascimento | Presidente do CAGEST

O CAGEST – Centro Agrícola de Gestão, com sede em Carrazeda de Ansiães, é uma associação criada em 1997 começou por prestar apoio técnico aos seus associados na cultura das Pomoideas (maçã).

Posteriormente estendeu o seu apoio técnico à Viticultura e Olivicultura, sendo que agora acompanha os seus associados em várias áreas ligadas à agricultura.

Está reconhecida como entidade recetora pelo IFAP para a recolha das candidaturas às ajudas.

No âmbito de protocolos com entidades formadoras disponibilizou o acesso à formação profissional especificamente em ações de formação de Proteção e Produção Integrada e Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos, nos anos de 2005 e 2006.

Após auscultação dos seus associados optou por uma nova estratégia em 2007, recrutando mais colaboradores para poder dar uma resposta mais eficaz nas diversas áreas nas quais está a intervir, nomeadamente apoio no sector agrícola, florestal e formação profissional, sendo que parte destes associados pertencem a uma Organização de Produtores.

Nesse ano de 2007 elaborou uma candidatura junto à DGERT para se poder certificar como entidade acreditada, o que veio a acontecer desde aí, tendo promovido formação profissional para agricultores e técnicos.

Sendo o setor agrícola o predominante na região na área dos projetos de investimento os associados do CAGEST têm aderido com o objetivo de melhorar as suas explorações agrícolas, com novas plantações, renovando plantações e adquirindo equipamentos, aumentando assim a rentabilidade das mesmas.

“Sendo o setor agrícola o predominante na região na área dos projetos de investimento, os associados do CAGEST têm aderido com o objetivo de melhorar as suas explorações agrícolas, com novas plantações, renovando plantações e adquirindo equipamentos, aumentando assim a rentabilidade das mesmas.”





Com o atual Programa de Desenvolvimento Rural em vigor, e com a divulgação junto dos associados, foi possível por estes apresentar candidaturas nomeadamente às Ações/Medidas 1.1.1 – Modernização e Capacitação das Empresas, 1.1.2 – Investimentos de Pequena Dimensão e 1.1.3 – Instalação de Jovens Agricultores, o que permitiu a instalação de jovens especialmente nas áreas da fruticultura (maçã), com um aumento de área na ordem dos 25 a 30% e na pecuária com instalações em helicicultura e suinicultura.

Atualmente reconhecida como entidade prestadora do Serviço de Aconselhamento Agrícola, tem vindo a divulgar e executar este serviço aos seus associados.

No passado mês de Abril o CAGESA abriu uma delegação em São João da Pesqueira com o objetivo de alargar a zona de intervenção, aumentar o número de associados e expandir os seus serviços

O setor agrícola, sendo o pilar da economia de um estado, preocupa-nos devido à falta de apoios financeiros e de crédito, que outros setores têm.

É de salientar que se olhe para as organizações de agricultores como parceiros e não como adversários, estando estas a divulgar e prestar um serviço ao agricultor, não têm tido o reconhecimento merecido por entidades governamentais, nesta região interior pautando-se por explorações de minifúndio em que o agricultor se sente só e sem poder reivindicativo dos seus direitos.

“É de salientar que se olhe para as organizações de agricultores como parceiros e não como adversários, estando estas a divulgar e prestar um serviço ao agricultor, não têm tido o reconhecimento merecido por entidades governamentais, nesta região interior pautando-se por explorações de minifúndio em que o agricultor se sente só e sem poder reivindicativo dos seus direitos.”



## NUNO MELO RECEBE PRESIDENTE DA AJAP

O Presidente da AJAP, Eng.º Armando Pacheco, acompanhado de alguns colaboradores foi recebido, no Parlamento Europeu, em Bruxelas pelo Eurodeputado Nuno Melo.

Após apresentação de cumprimentos foram abordados assuntos diversos relacionados com as políticas dos Jovens Agricultores Portugueses, bem como a sua aplicabilidade, atendendo à actual conjuntura, transversal a toda a Europa.

Da agenda de preocupações levadas pela AJAP, é de salientar a problemática inerente ao quadro comunitário em perspectiva, nomeadamente a passagem do RPU - Regime de Pagamento Único para RPB - Regime de Pagamento de Base e que implicação poderá representar para os Jovens Agricultores.

Analisada foi também a possibilidade de candidatura a projectos comunitários, com o objectivo de possibilitar aos Jovens Agricultores um conhecimento aprofundado sobre o processo de decisão da Comissão e Conselho Europeu.

Por fim, atendendo a que a AJAP se encontra a organizar um Seminário Europeu que contará com a presença das organizações membro do CEJA – Conselho Europeu dos Jovens Agricultores, que representam mais de um milhão de Jovens Agricultores em toda a Europa comunitária, o Presidente dirigiu um convite ao Dr. Nuno Melo para participar no evento, que terá lugar em Portugal no início de Outubro.

## AJAP PROMOVE SEMINÁRIO EUROPEU PARA CONSOLIDAR FIGURA DO “JOVEM EMPRESÁRIO RURAL”

A AJAP no âmbito da Rede Rural Nacional encontra-se a organizar um Seminário Europeu que contará com a presença das organizações membro do CEJA – Conselho Europeu dos Jovens Agricultores, que representam mais de um milhão de Jovens Agricultores em toda a Europa Comunitária, este evento que contará com especialistas do sector Agrícola e Rural terá lugar em Mogadouro, Distrito de Bragança, em finais de Setembro, oportunamente será divulgada a data de realização.

Esta nova figura “Jovem Empresário Rural” em paralelo com o “Jovem Agricultor” pretende consagrar um forte contributo da AJAP para o combate à desertificação das zonas rurais, através da instalação consoante as condições do Jovem candidato, no formato que mais se adapte à sua realidade.

É assim imperativo trocar impressões e conhecer realidades europeias bem como ouvir diferentes peritos sobre esta matéria extremamente importante para Portugal.

A AJAP, após os contributos obtidos no seminário em apreço, compromete-se a tudo fazer através do projecto da Rede Rural Nacional, no sentido de evidenciar as vantagens bem como balizar os contornos que esta figura pode comportar, objectivando a sua inclusão num programa específico, que confira apoios financeiros às actividades elegíveis.

O combate à desertificação das zonas rurais é um imperativo e um desígnio nacional, para o qual todos devemos contribuir, por forma a atenuar os seus efeitos e acima de tudo inverter a curva do afastamento dos mais Jovens das zonas rurais do País, falamos de sensivelmente 80% do território nacional.

## OVIBEJA 2012 | + PRODUÇÃO

Realizou-se, entre 27 de Abril e 1 de Maio a 29ª edição da OVIBEJA, o certame mais emblemático do Alentejo.

A AJAP, como vem sendo tradição, esteve presente no Parque de Feiras e Exposições de Beja, com um stand próprio onde teve oportunidade de expor casos de sucesso de Jovens Agricultores, bem como produtos agrícolas de associados, exemplos de qualidade da agricultura nacional.



No stand da AJAP esteve permanentemente um Técnico Agrícola, disponível para informações e esclarecimentos aos Jovens Agricultores, Agricultores e visitantes no geral.

A OVIBEJA ficou marcada por um programa enriquecido com actividades e exposições do sector agrícola como concursos e exposições de gado, corridas de touros, demonstrações equestres, artesanato, comércio, provas desportivas, exposições empresariais e institucionais, espectáculos culturais e forte animação.



## 49ª FEIRA NACIONAL DE AGRICULTURA | 59ª FEIRA DO RIBATEJO

O CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas será palco de mais uma edição da Feira Nacional de Agricultura / Feira do Ribatejo, de 2 a 10 de Junho.

A AJAP marcará presença nesta mostra de agricultura nacional, com um stand que pretende divulgar o melhor que se produz em Portugal, indo de encontro a um dos objectivos do certame

“sensibilização para o consumo de produtos portugueses”. O evento, com comprovado sucesso nas anteriores edições, traduz-se numa privilegiada mostra da agricultura nacional, proporcionando exposições de diversas áreas, como pecuária, agricultura, artesanato e gastronomia, maquinaria e equipamentos agrícolas entre outros, incluindo ainda uma forte animação cultural.



## VITICULTORES DURIENSES AFECTADOS POR INTEMPÉRIE

Em meados do mês de Maio, os viticultores durienses viram a sua situação agravada devido à forte queda de granizo que fustigou a região do Douro, em particular a Freguesia de Nogueira, em Vila Real.

Os prejuízos provocados pela rápida mas violenta intempérie, agravaram a situação económica dos viticultores danificando cerca de 70% das vinhas da região. Os agricultores que já se deparavam com uma situação complicada, resultante da

significativa diminuição do mosto generoso durante a última década, enfrentam agora graves quebras de produção devido aos estragos provocados pelo granizo e elevados custos que terão que suportar no tratamento das vinhas danificadas.

Perante esta situação, os agricultores afectados reclamam ajudas do Estado, por forma a minimizar a já difícil situação económica em que se encontram.



## QUEBRA DE PRODUÇÃO EM CARRAZEDA DE ANSIÃES

As chuvas, o frio intenso e granizo sentidos entre Abril e Maio causaram graves prejuízos na produção de maçã do Concelho de Carrazeda de Ansiães.

Prevê-se que a quebra de produção seja superior a 50%, já que o mau tempo surgiu no período de floração dificultando o vingamento, registando-se inclusive algumas árvores danificadas pela queda de granizo.

Destaca-se que 30% dos produtores deste Concelho não puderam, este ano, fazer o Seguro de Colheita no CAGEST, devido aos elevados preços apresentados pelas companhias de seguros, superior em 8% ao preço apresentado pelas referidas companhias a outras associações da mesma região, com igual probabilidade de ocorrência de risco: região E.

## POSIÇÃO SOBRE DIREITOS DE PLANTAÇÃO DE VINHA

CEJA

O CEJA - Conselho Europeu dos Jovens Agricultores é a voz da próxima geração de agricultores da Europa perante as instituições europeias. A missão do CEJA é contribuir para a adaptação de um ambiente regulamentar europeu, que promova o acesso dos Jovens Agricultores ao sector agrícola.

Em Janeiro de 2012, o Comissário Dacian Cioloș anunciou a criação de um Grupo de Alto Nível sobre o Vinho, que tem como objectivo fazer recomendações sobre o sector vitivinícola da UE, com particular enfoque para a questão dos direitos de plantação.

Como resposta à criação deste grupo, e à proposta para acabar com os direitos de plantação de vinha até o final de 2015, o CEJA reivindica um quadro regulamentar transparente e adequado, com perspectivas a longo prazo para o sector



vitivinícola. O CEJA realça que este é um dos sectores agrícolas mais atraentes para os Jovens Agricultores e, por este motivo, integrar este sector deve ser particularmente incentivado.

O CEJA exige uma avaliação exaustiva do impacto económico e da produtividade sobre a liberalização dos direitos de plantação em 2018, bem como uma avaliação das possíveis ferramentas de gestão de recursos.

Considerando que o actual sistema não deve terminar em 2015, o Conselho Europeu de Jovens Agricultores, solicita a extensão dos direitos de plantação no sector do vinho em

toda a UE, para todos os vinhos, com ou sem DOP - Denominação de Origem Protegida e /ou IGP - Indicação Geográfica Protegida. O CEJA pede uma melhor gestão do sistema, o que facilitará o acesso dos Jovens Agricultores ao sector. Os Jovens Agricultores devem ter prioridade no acesso a novos direitos de plantação.

A avaliação de impacto, ou mesmo o Grupo de Alto Nível do Vinho, deve investigar se a exploração familiar Europeia e o vinho DOP/IGP estará em risco, e se o sector de retalho será capaz de controlar a produção de vinho na Europa após a referida liberalização.

A conclusão da avaliação de impacto será considerada em futuras discussões sobre a regulamentação do potencial de produção no sector vitivinícola.



Finalmente, a manutenção da qualidade do vinho é vital para a reputação do vinho europeu. A rotulagem de origem deve ser mantida e o sistema de gestão de mercado reforçado, de forma a aumentar a eficiência para que os produtores europeus de vinho possam competir de forma eficaz em todos os mercados.

No seguimento do artigo anterior, apresentamos hoje um conceito tecnológico cada vez mais utilizado mundialmente, novidade para o sector agrícola, mas já bastante conhecido noutras áreas de actividade.

A AGCO, na vanguarda do desenvolvimento tecnológico para a agricultura, vem desde há algum tempo, em parceria com fabricantes dedicados ao desenvolvimento de tecnologia via satélite para auto condução e gestão da produção, a desenvolver esforços para equipar as suas unidades com sistemas de controlo cada vez mais sofisticados.

Para além do já conhecido “Auto-guide” que permite conduzir o tractor com sistema de “mãos livres”, em campo aberto quer em linhas paralelas, em contorno ou mesmo círculo, com precisões que podem ir até aos 2 cm, lançou em 2010 o sistema “AGCOMMAND”.

Este sistema é baseado na telemetria e o seu princípio de funcionamento permite uma medição automática e remota dos dados gerais da máquina, tais como: motor, caixa de velocidades, TDF, etc. Enviando-os em seguida para um servidor que pode ser acedido pelo cliente para monitorizar os resultados produzidos pela sua máquina e assim corrigir falhas, aumentando o rendimento real.

Este sistema permite ainda ao cliente final ou gestor de frota monitorizar a: posição actual da máquina, estado da máquina, actividade, paragem, movimento em estrada ou campo, alarmes e intervalos de manutenção.

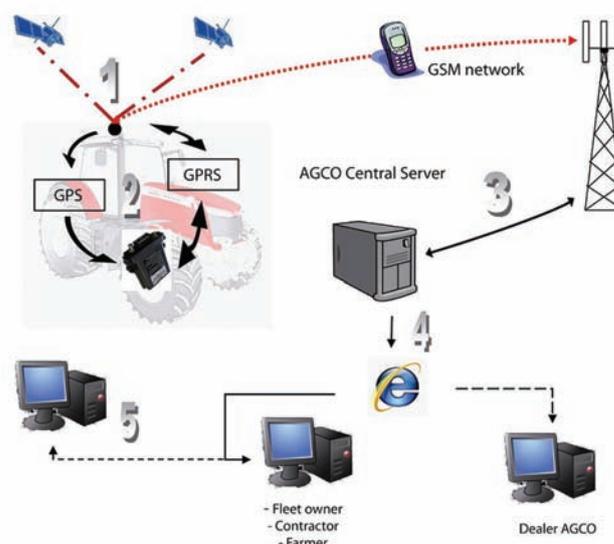
Permite ainda configurar alarmes e enviá-los para um telemóvel ou caixa do correio electrónico. Com este sistema o gestor de frota ou o proprietário poderá criar uma “fronteira” virtual que emitirá um alarme sempre que esta for ultrapassada reduzindo assim a possibilidade de roubo.

Permite ainda gravar automaticamente os dados da máquina e transferi-los sem qualquer intervenção do operador

Este sistema utiliza a já conhecida rede GSM para comunicar com o servidor da AGCO e é através deste que o gestor de frota ou o próprio cliente pode seguir quase em tempo real o funcionamento do seu tractor ou dos seus tractores, bas-

tando para isso estar registado e utilizar uma senha de acesso ao servidor da AGCO.

Os princípios de funcionamento baseiam-se no sistema de posicionamento, vulgo GPS, que interligado ao sistema da rede CAN do tractor lê os diversos sensores do tractor a cada 60 segundos, todos esses dados são guardados na unidade AM50 que contém um cartão GSM e faz a ligação e respectiva descarga de dados para o servidor da AGCO.



Em condições normais esta partilha será efectuada a cada 15 minutos, mas em casos extremos onde a rede GSM é fraca o AM50 poderá armazenar até 50 horas de dados descarregando logo que a ligação seja possível.

Este é sem dúvida mais um grande contributo da AGCO para a melhoria e desenvolvimento da agricultura por forma a permitir uma maior rentabilidade aos agricultores.



SAA | Serviço de Aconselhamento Agrícola  
*A AJAP é Valor para o Agricultor*

# ADIRA ao Serviço de Aconselhamento Agrícola

## ACONSELHAR

CONDICIONALIDADE



SEGURANÇA NO TRABALHO



PARA VALORIZAR  
A SUA EXPLORAÇÃO

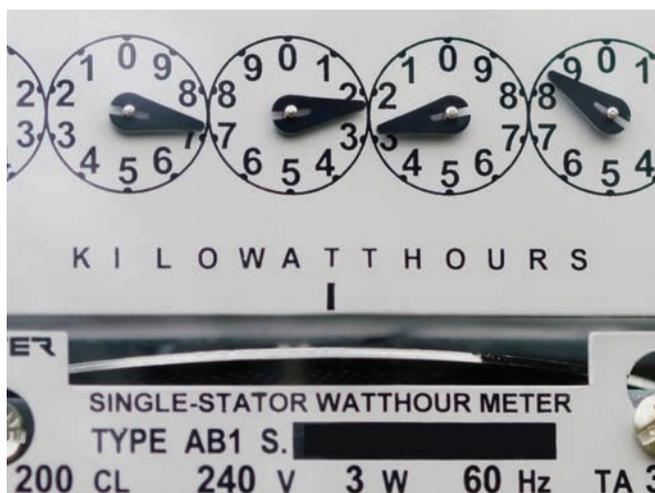
CONTACTE O TÉCNICO AJAP DA SUA REGIÃO

Visabeira

## EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

A Energia é um recurso essencial para o funcionamento de uma sociedade desenvolvida, componente crítico dos processos produtivos e elemento essencial no bem-estar quotidiano.

Para as empresas, numa conjuntura económica difícil, é fundamental garantir custos de produção que lhes permitam colocar produtos e serviços ao preço mais competitivo nos mercados nacional e internacional.



Se nos focarmos na Energia verificamos que o acordo com a Troika implicou um grande aumento nas facturas da electricidade e do gás natural. Se a estes acréscimos adicionarmos os aumentos consecutivos do custo dos combustíveis fósseis, torna-se fundamental a qualquer actividade económica apostar na Eficiência Energética, de modo a otimizar o seu consumo, eliminando desperdícios e, conseqüentemente, reduzindo despesas e contribuindo para uma melhoria das condições ambientais.



A Eficiência Energética, através do uso adequado das fontes de energia, seja através de uma reavaliação dos sistemas em uso, seja através da adopção de novas práticas ou tecnologias, permite recorrer a menos energia para fornecer a mesma quantidade de valor energético.

A optimização de processos térmicos, a correcção do factor de potência da instalação eléctrica, a substituição da ilumi-



nação ineficiente e a reconversão de equipamentos para fontes de energia mais baratas são algumas das medidas a tomar no âmbito da Eficiência Energética, possibilitando algumas delas paybacks num prazo inferior a um ano.

Assim se conclui com facilidade que a poupança energética, é, também, nos nossos dias, um negócio de futuro, constituindo uma aposta na sustentabilidade económica das empresas.



**CONDICIONALIDADE**

Despacho Normativo n.º 4/2012, DR n.º 66, Série II, de 2 de Abril  
Relativo aos requisitos mínimos para as boas condições agrícolas e ambientais,  
no que respeita à protecção da água e sua gestão e alguns ajustamentos na  
nomenclatura das ocupações culturais.

Aviso n.º 3537/2012, (DR II n.º 47)

Lista de indicadores relativa aos requisitos legais de gestão aplicáveis a  
partir de 1 de Janeiro de 2012.

**CONTRIBUIÇÃO AUDIOVISUAL**

Desp. n.º 1822/2012, (DR II n.º 28)

Estabelece os procedimentos para a verificação, pelo Instituto de Financia-  
mento da Agricultura e Pescas (IFAP, I. P.), dos pressupostos legais para o  
reconhecimento da isenção do pagamento da contribuição para o audiovisual.

**DESENVOLVIMENTO RURAL**

Portaria n.º 104/2012, D.R. n.º 76, Série I, de 17 de Abril  
Suspende temporariamente certas condições de acesso e compromissos  
aos beneficiários da Medida n.º 2.1 «Manutenção da atividade agrícola em  
zonas desfavorecidas», da Medida n.º 2.2 «Valorização dos modos de  
produção», da Ação n.º 2.2.1 «Alteração dos modos de produção», da Ação  
n.º 2.2.2 «Proteção da biodiversidade doméstica», de alguns apoios da  
Medida n.º 2.4 «Intervenções territoriais integradas» e da Ação n.º 2.3.2  
«Ordenamento e recuperação de povoadamentos», do Programa de  
Desenvolvimento Rural do Continente, designado por PRODER, e prevê a  
intervenção das Estruturas Locais de Apoio (ELA) na definição de orientações  
e na autorização de ajustamentos de compromissos mediante análise das  
situações concretas e a evolução da situação climática.

Regulamento n.º 147/2012, JO L n.º 48, de 20 de Fevereiro  
Procedimentos de controlo e à condicionalidade no que respeita às medidas  
de apoio ao desenvolvimento rural.

**FRUTAS E PRODUTOS HORTÍCOLAS**

Reg. n.º 72/2012, (JO L n.º 26)

Estabelece regras de execução do Regulamento (CE) n.º 1234/2007 do  
Conselho nos setores das frutas e produtos hortícolas e das frutas e produtos  
hortícolas transformados.

Regulamento n.º 302/2012, JO L n.º 99, de 4 de Abril  
Relativo às normas de execução do Reg. 1234/2007

**GESTÃO E REESTRUTURAÇÃO RURAL**

Desp. n.º 1934/2012, (DR II n.º 30)

Criação de um Grupo de Trabalho com vista à preparação da Proposta de  
«Estratégia para a Gestão e Reestruturação Rural» (GERAR), até 15 de  
Fevereiro de 2012.

**LEITE E PRODUTOS LÁCTEOS**

Regulamento n.º 261/2012, JO L n.º 94, de 14 de Março  
Relações contratuais no sector do leite e dos produtos lácteos.

**REGIME DE APOIO À REESTRUTURAÇÃO  
E RECONVERSÃO DAS VINHAS**

Declaração de Rectificação n.º 261/2012, DR n.º 37, Série II, de 21  
de Fevereiro  
Rectifica o sumário do despacho n.º 1722/2012, publicado no Diário da  
República, 2.ª série, n.º 26, de 6 de Fevereiro de 2012.

**SECA**

Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2012, DR n.º 62, Série  
II, de 27 de Março  
Aprova medidas urgentes tendo em conta a actual situação de seca e cria  
a Comissão de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos  
da Seca e das Alterações Climáticas.

**SIPAC**

Portaria n.º 61/2012, D.R. n.º 57, Série I, de 20 de Março  
Regulamento do Sistema Integrado de Protecção contra as Aleatoriedades  
Climáticas (SIPAC).

Norma Regulamentar n.º 2/2012, DR n.º 46, Série II, de 5 de Março  
Lista de indicadores relativa aos Requisitos Legais de Gestão aplicáveis a  
partir de 1 de Janeiro de 2012.

Despacho Normativo 10/2012, (DR I n.º 2)  
Procede à revisão das tarifas de referência para o cálculo das bonificações,  
previstas no Regulamento do SIPAC, anexo à Portaria n.º 318/2011, de 30  
de dezembro.

**SEGURO VITÍCOLA DE COLHEITA**

Portaria n.º 42/2012, (DR I n.º 30)  
Estabelece as condições de aplicação da medida de apoio à contratualização  
do seguro vitícola de colheita.

**SIRCA**

Portaria n.º 38/2012, (DR I n.º 34)  
Estabelece as regras de financiamento do sistema de recolha de animais  
mortos na exploração, e define as regras de financiamento do SIRCA.

**VINHO E DOS PRODUTOS VÍNICOS**

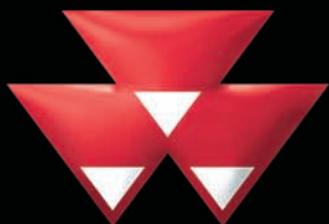
Despacho Normativo n.º 1662/2012, (DR II n.º 25)  
Fixa o apoio relativo aos programas de promoção do vinho e dos produtos  
vínicos no mercado interno, para o ano de 2012.

Portaria n.º 102/2012, DR n.º 75, Série I, de 16 de Abril  
Estabelece regras aplicáveis na campanha vitivinícola de 2011-2012, no  
âmbito da medida de destilação de vinho em álcool de boca

Decreto-Lei n.º 94/2012, D.R. n.º 79, Série I, de 20 de Abril  
Revê o regime das taxas incidentes sobre os vinhos e produtos vínicos

Portaria n.º 43/2012, (DR I n.º 30)  
Procede à quarta alteração ao Regulamento do Apoio à Promoção de Vinhos  
em Mercados de Países Terceiros. 1384-B/2008, de 2 de Dezembro.

# ADN SUPERIOR



**MASSEY FERGUSON**



**Grupo**  
**Tractores de Portugal**



**Grupo Tractores de Portugal**  
Estrada da Circunvalação - Letras TPL-TCD  
Olivais Norte - 1800-136 Lisboa  
Tel. 218 551 000 - Fax. 218 551 037  
[www.tractoresdeportugal.com](http://www.tractoresdeportugal.com)